

Richa propõe fortalecimento de vereadores

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O relator da Comissão de Organização do Estado, senador José Richa, apresentou ontem o substitutivo, no qual propõe autonomia política do Distrito Federal e a inclusão, nas disposições transitórias, de uma comissão de redivisão territorial para examinar as diversas propostas destinadas a criar novos Estados. Cria, ainda, um Conselho de Ouvidores municipal, para fiscalizar os atos da administração, e amplia as prerrogativas dos vereadores, tornando-os intocáveis no exercício do mandato. Foi incluída também no texto constitucional a obrigatoriedade do pagamento de royalties aos Estados e municípios produtores de petróleo, hoje previsto apenas em legislação ordinária.

Richa conseguiu condensar em 37 artigos, com as disposições transitórias, as 557 emendas apresentadas aos anteprojetos das três subcomissões: dos Estados, dos municípios e Regiões e da União, Distrito Federal e Territórios. O relator da Subcomissão dos Estados, deputado Siqueira Campos (PDC/GO), já anunciou que vai apresentar emenda ao substitutivo, para insistir na criação dos Estados de Tocantins, em Goiás; de Santa Cruz, na Bahia; do Triângulo, em Minas Gerais; do Maranhão do Sul, no Maranhão; do Juruá, no Amazonas e do Tapajós, no Pará.

A criação de Estados, no entender de José Richa, é matéria inconstitucional, que deve ser tratada em lei complementar. Para isso, ele inclui nas disposições transitórias a Comissão de Redivisão Territorial do País, a ser instalada logo após a promulgação da nova Carta, que terá um ano para apresentar anteprojeto. A comissão, de acordo com a proposta, terá cinco membros indicados pelo Congresso e cinco pelo Executivo. A esta comissão caberá, ainda, restabelecer o Estado da Guanabara e decidir sobre as transformações dos Territórios de Roraima e Amapá em Estados.

O substitutivo de Richa acolheu, também, a proposta da subcomissão de estabelecer a autonomia política do Distrito Federal, com a eleição do governador distrital e criação de Câmara Legislativa. O DF só não terá autonomia para organizar e manter as polícias civil e militar e o Corpo de Bombeiros, tarefas que continuarão a cargo da União. Pelo substitutivo, a eleição do governador do DF coincidirá com a do presidente da República, para mandato de igual duração.

Cardoso quer limitar ação dos militares

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A proposta de modificação do papel constitucional das Forças Armadas ganhou defesa de peso nesta segunda fase de trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, propôs, em emenda, que a ordem constitucional se seja assegurada pelos militares por iniciativa dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Guardando semelhança textual com o anteprojeto Afonso Arinos, a iniciativa de Fernando Henrique foi justificada com a necessidade de se tornarem mais claros os limites da atuação institucional das Forças Armadas no regime democrático. E foi com esse mesmo argumento que o senador paulista sugeriu ainda à Comissão da Organização Eleitoral a supressão incondicional do capítulo sobre segurança nacional e Conselho de Segurança Nacional, mantido no parecer do deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE), relator da Subcomissão da Defesa do Estado.

Apesar de a proposta não receber o apoio do relator da comissão temática, deputado Prisco Viana, também do PMDB, Fernando Henrique acha que, além de ser "uma reminiscência do regime autoritário, a manutenção do Conselho de Segurança Nacional conflita com a criação do Conselho da República, previsto no anteprojeto da Subcomissão do Poder Executivo".

Fernando Henrique Cardoso apresentou também emenda ampliando a participação dos filiados de partidos nos órgãos de direção com o objetivo de acabar com a "tendência de oligarquização da vida partidária".

Para o senador, é importante que as campanhas eleitorais sejam financiadas com recursos públicos para "limitar a influência do poder econômico sobre a vida política".

Do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, a Comissão da Organização Eleitoral recebeu sugestões parecidas. Ele propôs a inclusão no anteprojeto do Sistema Eleitoral da seguinte emenda: "As candidaturas partidárias a cargos efetivos pelo princípio majoritário ou proporcional serão formadas por eleição direta dos filiados ao partido com mais de um ano de filiação". Covas manifestou-se, em outra emenda, contrário à limitação imposta no anteprojeto da Subcomissão ao acesso dos pequenos partidos à propaganda eleitoral gratuita e aos recursos do fundo partidário.

REAJUSTES ABUSIVOS - APTOS.

Pague só o que é devido. Telex (011) 231-4174 - 259-6817. Gustavo Korte e Carlos Faria.

Sistema Financeiro tenta fixar só as linhas gerais

ESTADO DE SÃO PAULO
AGÊNCIA ESTADO

O relator e o presidente da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças da Assembleia Constituinte — José Serra (PMDB-SP) e Francisco Dornelles (PFL-RJ) — estão trabalhando para que o relatório final da comissão estabeleça apenas as linhas gerais do sistema financeiro nacional e deixe para a legislação ordinária a regulamentação detalhada.

Ainda permanecem as divergências entre o relator da Subcomissão de Finanças, Fernando Gasparian (PMDB-SP), e o relator e o presidente da comissão temática. Gasparian continua a defender os pontos mais polêmicos do seu relatório, aprovado pela subcomissão, entre eles a proibição aos bancos estrangeiros de captar depósitos no Brasil. O deputado paulista foi convidado por Dornelles para uma conversa, na segunda-feira.

Ontem de manhã, Gasparian disse estar "esperando para ver" o resultado do parecer de Serra. O relator passou o dia de ontem em casa, com assessores, trabalhando no texto. Gasparian afirmou que não teve nenhuma conversa com Serra nesta semana, para discutir as divergências, e acredita que na segunda-feira poderá ser discutida a proposta de deixar a regulamentação do sistema financeiro para lei ordinária. Serra tem até a meia-noite de hoje para apresentar seu relatório.

CÓDIGO FINANCEIRO

Algumas fontes informaram que o relator da Comissão do Sistema Tributário está trabalhando com a proposta de um código financeiro para o País — uma lei específica para o setor financeiro, que seria proposta

Conciliação, a marca da ordem econômica

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Está prevista para hoje a divulgação do anteprojeto do capítulo disciplinador da ordem econômica a ser incluída na futura Constituição. Seu texto exigiu, além de muita negociação a fusão dos anteprojetos das subcomissões de Princípios Gerais, Agricultura e Reforma Agrária e Questão Urbana e Transportes.

O relator da Comissão de Ordem Econômica, senador Severo Gomes (PMDB-SP), adiantou ontem aos integrantes da comissão alguns pontos da matéria. Deverá ser excluído o item que limitava a propriedade rural a um tamanho máximo; garantirá o conceito de empresa nacional como sendo aquela cujo centro decisório esteja no País e seja controlada majoritariamente por brasileiros, além de propor a preservação do monopólio petrolífero conforme o modelo vigente. Reservará, ainda, a empresas nacionais setores da mineração e vai instituir o Fundo de Exaustão, para ressarcir os municípios onde se desenvolve a lavra. Apesar de não ter incluída a maior parte de suas propostas, o senador Severo Gomes acredita ter conseguido obter avanços nos anteprojetos aprovados pelas subcomissões.

O equilíbrio no título sobre os princípios gerais da economia resultou da fusão do relatório inicial do deputado Virgildásio de Senna (PMDB-BA), de tendência estatizante, ao substitutivo privatizante coordenado pelo deputado Afif Domingos (PL-SP). No primeiro, toda a atividade econômica era baseada exclusivamente no trabalho, e no segundo, esta era consagrada preferencialmente à iniciativa privada. Ambas foram excluídas, de forma igualitária, no relatório final.

Os constituintes poderão apre-

pelos executivos ao Congresso Nacional, a partir das linhas gerais estabelecidas na nova Constituição. O objetivo é criar uma nova estrutura legal para o setor, substituindo toda a legislação atual, feita em 1965 pelo então ministro Roberto Campos.

Pela proposta, a Constituinte se limitaria a estabelecer que a atividade de intermediação financeira poderá ser exercida por instituições de capital público ou privado, nacional ou estrangeiro, nas condições estabelecidas pela lei ordinária. O código financeiro, a ser proposto e votado depois da promulgação da futura Constituição, determinaria então os limites e as atribuições de cada segmento.

BANCOS ESTRANGEIROS

O código definiria os limites da atuação dos bancos estrangeiros no País, o ponto mais polêmico do anteprojeto da Subcomissão de Finanças. Nesse ponto, entretanto, o deputado Gasparian está disposto a levar ao plenário da Constituinte sua proposta, mesmo que venha a ser derrubada na comissão. Gasparian argumenta que está sendo entendido mal e acusado erradamente de querer banir os bancos estrangeiros do Brasil.

O relator da subcomissão afirma que sua proposta proíbe apenas a captação de depósitos no País, e alega que vários países da Europa e muitos Estados norte-americanos adotam essa proibição. Ele não acredita nas ameaças de retaliações contra o Banco do Brasil, denunciadas à comissão pelo diretor internacional do BB, Adroaldo Moura. "Ele forçou a barra" — acusa Gasparian, admitindo rever na forma dos artigos do anteprojeto e até abrir exceções para bancos de países de porte econômico semelhante ao do Brasil. Mantém, contudo, o ponto de vista de que é

impossível falar de "reciprocidade de tratamento" entre bancos americanos e brasileiros, por exemplo.

DIVISÃO DE TRIBUTOS

Outra divergência é a disputa pelo fundo de participação dos Estados e do Distrito Federal. O anteprojeto da Subcomissão de Tributos, participação e Distribuição das Receitas estabelece que apenas os Estados com renda per capita inferior à nacional terão direito a esse fundo, formado por 18,5% da arrecadação do imposto de renda e IPI.

As bancadas dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina — que seriam excluídos pelo critério da renda per capita — se rebelaram contra o dispositivo e querem retirá-lo do relatório de Serra. As bancadas do Norte-Nordeste, por sua vez, exigem alguma compensação para admitir que os Estados do Sul voltem a participar do fundo, apoiadas pelo relator da subcomissão, deputado Fernando Bezerra Coelho, do PMDB de Pernambuco.

Coelho conversou ontem de manhã com parlamentares gaúchos e catarinenses, para explicar a posição das duas regiões. "O que nós queremos é apenas manter o equilíbrio regional na distribuição dos recursos que os Estados, como um todo, ganharão", explicou o deputado pernambucano, acrescentando que o relator da comissão já conhece as duas questões. Poderia, assim, resolver a questão aumentando o percentual do IR e do IPI destinado obrigatoriamente ao Norte-Nordeste, fixado em 2% pelo anteprojeto — percentual atribuído paralelamente ao fundo de participação. "Mas estamos esperando para ver qual a solução que o Serra vai dar".

Egídio não revela posição sobre mandato

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A duração do mandato do presidente José Sarney deverá constar das disposições transitórias da nova Constituição, de acordo com o anteprojeto do relator da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB/PE). Pessoalmente favorável a quatro anos, ele não antecipou a posição que adotará no relatório. Egídio acha que todo mandato de transição deve ser curto e, num regime presidencialista, não ter duração superior a quatro anos, enquanto no parlamentarismo deve ser de cinco anos.

Egídio Ferreira Lima passou o dia de ontem elaborando o texto final do anteprojeto, que pretende entregar hoje à tarde para impressão, depois de apreciar 1.454 emendas apresentadas à comissão temática. O parlamentar tem ressaltado que suas posições pessoais não prevalecerão e sim o consenso da maioria. E, nas conversas mantidas com os jornalistas, tem destacado como pessoais as opiniões que emite. Egídio é contra os regimes mistos, presidencialista ou parlamentarista, por entender que eles acabam desfigurados em suas características fundamentais.

CONTRA A EMOÇÃO

O deputado pernambucano acha que a questão do mandato do presidente Sarney está sendo debatida com emotividade, mas a decisão final deve caber ao plenário da Constituinte, depois de passar pela Comissão de Sistematização. Para Ferreira Lima, depois de promulgada a futura Constituição e especialmente se a crise econômica não for solucionada, será difícil conter a opinião pública favorável às eleições diretas antecipadas para a Presidência da República.

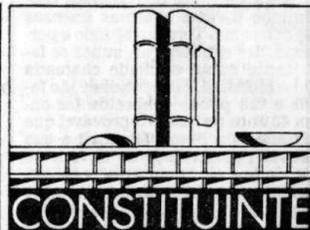
Távola insiste em manter o Conselho

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Um relatório progressista, capaz de compatibilizar o texto constitucional com temas que dizem respeito ao futuro do País é o objetivo principal que o deputado Arthur da Távola (PMDB-RJ) pretende imprimir ao substitutivo da Comissão da Família, da Educação, da Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Segundo o deputado, seu relatório irá representar grande avanço. Ele pretende incluir no capítulo das Comunicações o conselho composto por representantes do Executivo, Legislativo e sociedade, que terá o objetivo de legislar sobre a política de concessão de canais de rádio e televisão.

Apesar de esse conselho ter sido derrubado na Subcomissão de Ciência e Tecnologia e de Comunicação, o deputado Arthur da Távola considera que o mecanismo é o mais democrático para decidir sobre um assunto "muito sério", como é o da concessão de canais. Na sua opinião, os critérios dessa política têm que ficar muito claros. Outro ponto que considera delicado é a questão da validade de concessão. Atualmente o prazo é de dez anos e, segundo o relator, o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, já "deu indícios de que prefere prazo de 15 anos".

Na visão de Arthur da Távola, o atual sistema de concessão de canais de rádio e televisão é muito centralizador "e não pode mais ficar fechado em gabinete". A inclusão de um conselho com a participação conjunta do Executivo e Legislativo, intermediado por setores da sociedade, no modelo existente nos Estados Unidos, segundo informou o relator, poderá fazer renascer a grande polêmica vivida na Subcomissão de Ciência



e Tecnologia e de Comunicação, no dia da votação dessa proposta.

VOLTA AO PASSADO

Arthur da Távola disse que sua impressão é que se está discutindo o passado. "Temo — ele explicou — que o meu partido e o partido da Frente Liberal não consigam encontrar a temperatura política ideal que a população espera dos constituintes." Além disso, o deputado afirmou temer o radicalismo e que a transferência "desse velho maniqueísmo esquerda-direita nos faça cair em posições reacionárias do PFL ou radicais do PMDB".

O relator da Comissão da Família, da Educação, da Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação faz questão de que seu substitutivo tenha base progressista. Os principais pontos já adiantados do relatório do deputado são: a democratização das concessões de canais de rádio e televisão, através da criação de um organismo público que atenda a todos os níveis da sociedade; manutenção do monopólio postal e telegráfico; garantia ao direito de resposta; sigilo nas comunicações postais e de telefone; e manutenção de um sistema que garanta a reserva de mercado nos casos considerados essenciais. O relator considera que o Estado brasileiro tem "um predomínio e abusivo poder do Executivo".

Anteprojeto sugere limite à propriedade

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O uso impróprio e a especulação poderão culminar na perda de propriedade para o Estado. Este é um dos pontos mais polêmicos do anteprojeto apresentado ontem pelo senador José Paulo Bisol (PMDB-RS), relator da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Bisol vai além em sua proposta: o uso manifestamente inferior à potencialidade dos meios de produção também provoca a perda de propriedade em favor do Estado, que deverá distribuí-la posteriormente.

O tema provocou reação imediata dos integrantes da comissão, sendo que o senador João Menezes (PMDB-PA) chegou a anunciar a apresentação de um substitutivo totalmente contrário à proposta de Bisol. Outro parlamentar, o deputado Farabulini Júnior (PTB-SP), considera a idéia absurda e diz que o direito de propriedade está em risco no Brasil.

O anteprojeto de Bisol é amplo. Além do direito de propriedade, trata da anistia, cria o tribunal de garantias dos direitos constitucionais, fala da tortura e inclui instrumentos preventivos contra golpes. Segundo o próprio relator, o dispositivo contra um possível golpe é o seguinte: "A soberania no Brasil pertence ao povo e só pelas formas de manifestação da vontade dele, previstas nesta Constituição, é lícito assumir, organizar e exercer os poderes do Estado". O senador Bisol ressalta que o principal objetivo de seu trabalho é



Paulo Bisol

garantir uma existência digna. Segundo ele, a nova Constituição terá de ser um instrumento das transformações políticas e sociais da Nação. Sobre o aborto, o senador deixa a punição a cargo da lei ordinária.

No texto da Constituição ele se limita a garantir a vida e a existência digna, mas pondera: "A vida intra-uterina, inseparável do corpo que a concebeu, é responsabilidade da mulher, comporta expectativa de direitos e será protegida por lei".



Severo Gomes